



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

MANHÃ

ASSISTENTE SOCIAL

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Será realizada coleta digital dos candidatos, em qualquer etapa, a critério da Comissão Especial Coordenadora do Concurso Público
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

O humor é um dos traços mais impressionantes do estilo de Machado de Assis.

A frase abaixo em que essa marca está AUSENTE é:

- (A) Viana era um parasita consumado, cujo estômago tinha mais capacidade que preconceitos. Nasceu parasita por direito divino;
- (B) Naquele ano, morria de amores por um certo Xavier, sujeito abastado e tísico – uma pérola;
- (C) Os amigos que me restam são de data recente; todos os antigos foram estudar a geologia dos campos santos;
- (D) D. Cesária está ainda com a morte do cunhado na garganta, mas tudo passa, até os cunhados;
- (E) A rua, por mais que José Dias andasse devagar, parecia fugir-me debaixo dos pés, as casas voavam de um e outro lado.

2

Observe o seguinte texto:

“Acabava de comemorar onze meses de vida a filhinha de Frederic Skinner, Débora, quando ele a pôs como tema do noticiário. A imprensa americana falava com indignação da ‘menina encaixotada’, colocada numa espécie de incubadora, fechada por todos os lados, dotada de vidros e totalmente climatizada. Haviam-se graduado de tal modo a temperatura e a umidade do ar, que a pequena Débora não necessitava, fora as fraldas, de roupas de vestir nem de cuidados de nenhum tipo. Havia filtros encarregados de limpar o ar de bactérias e de partículas de pó, e o solo era mantido limpo por meio de um pano sem fim que corria lentamente.

Skinner havia pensado que um dos problemas práticos mais importantes que sugere o cuidado do bebê se apoia simplesmente em tê-lo sempre quente”.

Esse texto, a fim de atrair a atenção do leitor, apela para uma estratégia em sua introdução, que é a de:

- (A) começar por uma afirmação surpreendente, seja um fato ou uma opinião;
- (B) iniciar-se o texto com uma pequena narrativa de interesse;
- (C) propor uma interrogação, que é respondida no decorrer do texto;
- (D) citar um ou vários exemplos, que são devidamente explicados;
- (E) indicar uma possível separação temática em itens distintos.

3

Num texto argumentativo, é frequente a presença de argumentadores lógicos.

A opção em que o exemplo dado tem o valor de seu conector lógico corretamente indicado é:

- (A) Os acidentes de trânsito provocam a morte de muitas pessoas além de trazerem grande prejuízo ao transporte de mercadorias, que fica paralisado por horas / conector lógico que permite a comparação entre dois fatos;
- (B) Os adolescentes abandonam o lar materno quando crescem; do mesmo modo, os pássaros deixam o ninho assim que aprendem a voar / conector lógico que permite acrescentar um argumento novo;
- (C) Os produtos estrangeiros são bem-conceituados no mercado brasileiro; no entanto, alguns produtos nacionais são bem superiores aos estrangeiros / conector lógico que expressa a razão de um fato;
- (D) Ainda que as estradas estejam em mau estado de conservação, as pessoas ainda mantêm o prazer de viajar nas férias / conector lógico que permite mostrar a consequência, o ponto de chegada de uma ideia;
- (E) É muito arriscado que, nas viagens, os turistas contem somente com os cartões de crédito como meios de pagamento, dado que a tecnologia pode trazer surpresas desagradáveis / conector lógico que expressa a razão de um fato.

4

A frase na qual o enunciador está formalmente AUSENTE é:

- (A) Ah! Você cantava no verão, pois agora dance!
- (B) A notícia chegou a nossa casa ao meio-dia.
- (C) Puxa! Quando retornarão esses momentos agradáveis?
- (D) O sol nunca está tão belo quanto no dia de partirmos.
- (E) Gostaria de mostrar meu valor aos meus semelhantes.

5

Observe o seguinte texto publicitário:

“Miramar. Estilo, conforto e personalidade. Cada detalhe do Miramar tende a satisfazer seu desejo de bem-estar. Instale-se e desfrute das vantagens de um hóspede de classe. Miramar oferece a seus olhos o espetáculo de elegância da linha do respeito à tradição Miramar. Materiais nobres, interiores aconchegantes, ambiente sonoro excepcional, riqueza de equipamentos digna de um automóvel decididamente inovador”.

A estruturação desse texto mostra:

- (A) uma tentativa de união de valores modernos e tradicionais;
- (B) uma quebra de expectativa do produto anunciado;
- (C) uma supervalorização econômica do produto;
- (D) um direcionamento da publicidade para a classe média;
- (E) uma desvalorização de produtos semelhantes.

6

O conhecido escritor Umberto Eco escreveu:

“O vestuário fala. Fala o fato de eu me apresentar no escritório de manhã com uma gravata normal de riscas, fala o fato de a substituir inesperadamente por uma gravata psicodélica, fala o fato de ir à reunião do conselho de administração sem gravata”.

Sobre a significação ou estruturação desse pequeno texto, a afirmação INCORRETA é:

- (A) ao dizer que “os olhos são a janela da alma”, Machado de Assis mostra a mesma possibilidade de o ser humano comunicar-se com algo além de linguagem;
- (B) o vestuário é uma perfeita metáfora para a linguagem, pois, como esta, mostra grande número de elementos (que se combinam), intencionalidade no uso, possibilidade de erro ao não respeitar a norma e possibilidade de uso estético dos componentes;
- (C) o uso de uma gravata de riscas e o de uma gravata psicodélica mostra uma oposição na disposição interior do usuário;
- (D) a substituição de uma gravata por outra corresponde, na linguagem, à possibilidade de troca de vocábulos, com mudança de sentido;
- (E) estar “sem gravata” corresponde linguisticamente à elipse de um termo desnecessário, sem interferência semântica.

7

Um texto redacional no ambiente legal deve estar presidido pela ordem, clareza e brevidade, e, ao mesmo tempo, guiado pela intenção comunicativa do redator. Por isso, temos sempre que pensar no interesse e na reação do leitor.

Abaixo estão várias estratégias empregadas para a atração do leitor; a estratégia abaixo que NÃO ajuda nessa finalidade é:

- (A) os dados devem ser apresentados em cifras concretas, em porcentagens corretas;
- (B) as referências devem estar claramente definidas, evitando-se informações subliminares;
- (C) informações devem ser utilizadas com credibilidade apoiada;
- (D) deve-se ordenar adequadamente a frase, deixando-se as partes mais importantes para o final;
- (E) a intercessão de termos adjuntos na ordem direta das frases deve ser reduzida.

8

Um deputado escreveu para um colega:

“Não adianta comunicar-lhe que esse projeto me trouxe muito sofrimento, porque certamente você também teve os seus... mas, pelo menos, você passa a ter ideia das dificuldades de nossa atividade”.

Esse segmento alude a um problema da língua escrita em relação à comunicação, que consiste no fato de:

- (A) existirem muitas palavras com o mesmo significado;
- (B) a língua não expressar conteúdos afetivos;
- (C) o significado das palavras variar com o tempo;
- (D) os vocábulos não possuírem sinônimos perfeitos;
- (E) as palavras serem universais e os conteúdos, particulares.

9

Observe o texto abaixo.

“As duas meninas decidiram se encontrar lá, onde a Rua da Liberdade se alarga para formar uma pequena praça. Elas decidiram encontrar-se à uma hora, porque a escola de computação começa às duas horas e porque isso lhes deixaria todo o tempo necessário. E além disso, se elas chegassem atrasadas? E mesmo que fossem expulsas da escola, que importância teria isso?”.

A opção que faz uma correta afirmação sobre o significado ou estruturação do texto acima é:

- (A) o texto mistura o modo descritivo, o modo narrativo e o modo argumentativo;
- (B) o narrador do texto é um personagem da narrativa;
- (C) o texto mostra diferentes pontos de vista;
- (D) a progressão textual da narrativa é feita por meio de marcadores textuais temporais;
- (E) a narração mistura formas pessoais da primeira pessoa com formas da terceira pessoa.

10

Todas as opções abaixo mostram definições; entre elas, aquela que mostra caráter objetivo, e não criativo, é:

- (A) habilidade é sentir com os menos e falar com os mais;
- (B) harém é um conjunto de mulheres que praticam a monogamia com o mesmo sujeito;
- (C) a mentira é a religião dos escravos e dos senhores;
- (D) paciência é a capacidade de aturar incômodos, dificuldades etc. sem perder a calma;
- (E) a mentira é uma verdade que esqueceu de acontecer.

11

As frases abaixo pertencem a obras de Machado de Assis e exemplificam frases dubitativas, ou seja, em que o autor parece não dominar a narrativa, mostrando dubiedade.

A frase que DIFERE dessa estrutura é:

- (A) Guiomar tivera humilde nascimento; era filha de um empregado não sei de que repartição do Estado;
- (B) Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim;
- (C) Digo apenas que o homem mais probo que conheci em minha vida foi um certo Jacó Medeiros ou Jacó Tavares, não me recorda bem o nome;
- (D) Suponho que Virgília ficou um pouco admirada, quando lhe pedi desculpas das lágrimas que derramara naquela triste ocasião;
- (E) Não durou muito a evocação; a realidade dominou logo; o presente expeliu o passado.

12

Nas frases abaixo temos o emprego de palavras ou expressões consideradas sexistas e, por isso, desaconselhadas, pelo menos para alguns. Em todos os exemplos abaixo foram propostas modificações para evitar-se o problema.

A frase em que a proposta NÃO está adequada é:

- (A) o corpo do homem / o corpo humano;
- (B) os chilenos / os chilenos e as chilenas;
- (C) as mulheres da limpeza / o pessoal da limpeza;
- (D) os casais do bairro / os homens e as mulheres do bairro;
- (E) o homem da rua / as pessoas comuns.

13

Em muitos textos argumentativos aparecem exemplos que os acompanham por ilustração, concretização, precisão etc.

O argumento abaixo que mostra um exemplo cujo tipo está corretamente indicado é:

- (A) A indústria agroalimentar necessita de uma fiscalização rigorosíssima, bastando lembrar-nos da epidemia da vaca louca para que façamos mais atenção / exemplo de uma citação como autoridade;
- (B) Muitas vezes autor e personagem têm pouco em comum, como mostra o caso de Charles Chaplin / exemplo literário, que mostra uma obra literária como comprovação;
- (C) Em algumas viagens, dependendo do lugar para onde vamos, devemos ter cuidado com as nossas coisas; eu mesma fui roubada no aeroporto de Madri / exemplo de uma experiência pessoal;
- (D) Guarde dinheiro para a velhice, pois, como diz o ditado popular, o amanhã está mais perto do que pensamos / exemplo por um fato real;
- (E) A gravação de algumas cenas de novela traz sofrimentos para atores e atrizes; podemos imaginar o que sofre um personagem na gravação de uma surra que leva / exemplo histórico, em que um fato ensina para o futuro.

14

Todos os textos abaixo mostram um tipo de raciocínio empregado em textos argumentativos.

A opção em que o tipo de raciocínio está corretamente identificado é:

- (A) Do mesmo modo que aprofundamos o estudo de disciplinas científicas no ensino médio, também devíamos desenvolver a educação artística / raciocínio por analogia;
- (B) A partir dos fatos observados no dia anterior, o pesquisador pôde estabelecer um princípio único de atuação para todo o grupo / raciocínio por dedução;
- (C) Todos os trabalhos apresentados pelos alunos daquela turma eram muito semelhantes e, por isso, o professor decidiu aplicar uma estratégia diferente / raciocínio por indução;
- (D) Reconheço que o juiz teve razão em denunciar o réu, mas daí a desprezitar o advogado é outra coisa / raciocínio por absurdo;
- (E) A opinião do especialista carecia de fundamento científico, apoiando-se somente em informações vagas e de pouco crédito / raciocínio por concessão.

15

Observe o seguinte texto:

“O Opel Twin é um carro protótipo desenhado com a finalidade de reduzir o consumo de combustível e a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera. O objetivo, em números: um veículo que não consuma mais de 3,5 litros de combustível por cada 100 quilômetros. Para isso, a Companhia Opel criou um novo conceito de carroceria e tração que permite instalar indistintamente um motor de gasolina ou de propulsão elétrica. É um sistema modular: o motor, a transmissão e o eixo traseiro conformam uma só unidade que pode ser retirada ou substituída para melhor adequar-se às necessidades”.

No caso desse texto argumentativo, as ideias apresentadas são apoiadas por meio de:

- (A) exemplos, já que eles representam um caso específico ou concreto de uma afirmação geral;
- (B) descrições, mostrando um ponto de vista ou a perspectiva de quem descreve;
- (C) experiências pessoais, mostrando conhecimentos vividos e não aprendidos externamente;
- (D) dados, já que os dados são fatos cuja autenticidade pode ser provada com facilidade;
- (E) testemunhos alheios, que possuem autoridade no tema abordado.

16

O texto machadiano abaixo que NÃO mostra uma quebra de paralelismo semântico é:

- (A) Minha mãe era uma senhora fraca; temente às trovoadas e ao marido;
- (B) O Vilaça levava nos olhos umas chispas de vinho e de volúpia;
- (C) Viviam do amor e da bolsa do pai, inesgotáveis ambos;
- (D) Vivia de lembranças e saudades por todo o ano;
- (E) Marcela amou-me durante quinze dias e onze contos de réis.

17

O observador de um objeto qualquer pode sofrer limitações em sua tarefa, fazendo com que alguns dados do objeto descrito não sejam fornecidos por algum tipo de impossibilidade.

O texto abaixo, de autoria de Van Gogh, em que há uma referência implícita a uma dessas limitações é:

- (A) O desenho representa mineiros de carvão, homens e mulheres, indo à mina pela manhã sob a neve, num atalho ao longo de uma cerca de espinhos; sombras que passam vagamente discerníveis no crepúsculo...
- (B) Uma velha cidade da Holanda, com fileiras de casas num castanho avermelhado com oitões em escadinha e patamares nas portas, telhados cinza e portas brancas ou amarelas, vãos e cornijas...
- (C) Um pouco mais longe no canal, uma ponte de pedra sobre a qual passam pessoas e uma charrete com cavalos brancos...
- (D) E movimento por toda parte; um homem com um carrinho de mão, um outro apoiado ao parapeito, olhando para a água, mulheres de preto com toucas brancas.
- (E) À direita, um grupo de oliveiras perde-se no azul do céu ao crepúsculo; em segundo plano, colinas com arbustos e duas grandes árvores. No alto, a estrela da tarde.

18

Observe o texto descritivo a seguir.

“Em uma rua que desembocava na praça viu uma igreja românica com um claustro exterior. Estava pintada de amarelo; o pórtico tinha a seus lados duas imagens bizantinas.

O interior da igreja estava remexido com uma falta de critério e uma ignorância repulsivas.

Molduras de todas as classes, axadrezadas e triangulares; filigranas dos capitéis, gregas e adornos haviam sido cobertas por uma grossa camada de gesso”.

Sobre a estruturação desse texto, é correto afirmar que:

- (A) o observador e as realidades descritas estão estáticos, não indicando qualquer movimento;
- (B) o observador é do tipo culto, informando com precisão ao leitor dados técnicos dos objetos descritos;
- (C) o observador sofre limitações físicas de distanciamento e de luminosidade na tarefa de descrever os objetos da igreja;
- (D) o observador mostra-se imparcial no julgamento da cena descrita em seu texto;
- (E) os adjetivos “românica”, “exterior”, “amarelo” e “bizantinas” mostram o valor de caracterização, limitando-se a percepções dos sentidos do observador.

19

Em todas as opções abaixo são citadas falácias argumentativas, seguidas de um exemplo correspondente. A opção em que o exemplo NÃO exemplifica a falácia anterior é:

- (A) generalização excessiva: “O ouro, o cobre, o ferro, o alumínio, a prata conduzem bem o calor; logo os metais são bons condutores de calor e de eletricidade”;
- (B) estereótipos: “Os ingleses não possuem senso de humor”;
- (C) falácia causa/efeito: “Minha irmã visitou o zoológico no sábado à tarde e à noite teve febre; os zoológicos são locais sem higiene”;
- (D) falsa analogia: “As crianças nas escolas são como animais assustados e é necessário acompanhá-las sempre para que não machuquem umas às outras”;
- (E) ataques pessoais: “O prefeito pretende construir uma nova escola, mas é preciso esperar porque ouvi dizer que ele bate na mulher”.

20

Entre as frases abaixo, aquela que poderia ser publicada em um jornal, por não apresentar problemas formais, é:

- (A) A fiscalização mais cuidadosa dos veículos permite melhorar, por um lado, as estatísticas que indicam alto índice de acidentes;
- (B) A televisão, além de distrair-nos, deveria educar-nos;
- (C) A associação dos policiais militares, que engloba a maior parte do policiamento, consideram que outras autoridades estão fazendo competição desleal;
- (D) A publicidade é um meio ágil de se fazerem conhecer os planos do governo e de que se demonstrem o cumprimento das promessas de campanha;
- (E) O processador de textos está programado para ser utilizado em inglês e em francês, mas não para escrever textos em língua portuguesa.

21

O emprego do gerúndio na língua escrita é bastante problemático.

A frase abaixo em que o emprego do gerúndio é criticável é:

- (A) O político saudava a todos os presentes, sorrindo;
- (B) Eu me canso muito dirigindo o caminhão;
- (C) Meu filho, tome banho correndo;
- (D) O ladrão fugiu, sendo detido pouco depois;
- (E) Encontraram o velhinho tossindo em sua cama.

22

A frase machadiana abaixo em que NÃO estão presentes traços de metalinguagem é:

- (A) Não consulte dicionários. *Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo;
- (B) José Dias amava os superlativos. Era um modo de dar feição monumental às ideias; não as havendo, servia a prolongar as frases;
- (C) A mim mesmo perguntei se ela não estaria destinada a passar dos gelos às flores pela ação daquele bacharel Osório... Ponho aqui a reticência que deixei então no meu espírito;
- (D) Melchior passeava de um para outro lado, com um livro nas mãos, algum *Tertuliano* ou *Agostinho*, ou qualquer outro da mesma estatura;
- (E) Ui! Lá me ia a pena escorregar para o enfático. Sejamos simples, como era simples a vida que levei na Tijuca...

23

O nosso gramático mais conhecido, Evanildo Bechara, declarou o seguinte:

“A linguagem tem variações regionais, sociais e de estilo. Mas a língua de cultura se sobrepõe e possibilita a unidade nacional do idioma”.

Segundo esse fragmento textual, a língua escrita (língua de cultura) deve ser defendida por sua função de:

- (A) superar o tempo e o espaço, pois uma obra escrita há séculos, em Portugal, por exemplo, pode ser lida e compreendida ainda hoje;
- (B) armazenar informações, disponibilizando os conhecimentos para futuras gerações;
- (C) mostrar características sociais, políticas e culturais que podem estabelecer a identidade nacional de um país;
- (D) poder produzir obras de qualidade artística, que trazem orgulho aos habitantes de um país;
- (E) produzir conhecimentos novos por meio de seu próprio exercício, coisa que a língua falada não pode fazer.

24

Em todas as frases abaixo há a presença de marcadores textuais, que estabelecem ordem e relações significativas entre as frases.

A opção abaixo em que o marcador textual sublinhado tem sua função corretamente apontada é:

- (A) Com respeito aos motoristas bêbados, as penas devem ser maiores / início de um novo tema;
- (B) Em primeiro lugar, podemos falar das pessoas que estão desempregadas / distinguir elementos do texto;
- (C) Em outras palavras devemos prestar mais atenção em nossos filhos / corrigir um erro;
- (D) Além disso, deve-se também procurar estabelecer bom convívio com os clientes / oposição;
- (E) Entretanto, as coisas não podem resumir-se só a problemas econômicos / explicação.

Noções de Direito

25

O prefeito do município Beta foi informado por um de seus secretários de que a lei orçamentária contava com um programa de trabalho que previa dotações orçamentárias a serem destinadas à “publicidade institucional”.

Ao consultar o secretário a respeito das possibilidades de uso desses recursos, o prefeito municipal foi corretamente informado de que:

- (A) devem ser utilizados apenas em ano eleitoral, de modo a divulgar, junto aos eleitores, as realizações do prefeito municipal;
- (B) podem ser utilizados para a publicidade de atos dos órgãos municipais, sendo obrigatória a vinculação aos nomes ou às imagens das autoridades que os praticaram;
- (C) podem ser utilizados para a publicidade de obras públicas, tendo caráter informativo, sendo vedada a inclusão de símbolos que caracterizem promoção pessoal de autoridades;
- (D) devem ser utilizados para a publicidade de programas dos órgãos públicos e devem conter nomes, símbolos ou imagens das respectivas autoridades, de modo a permitir eventual responsabilização;
- (E) cabe ao gestor público, no exercício de sua discricionariedade, decidir se os recursos devem ser utilizados para a sua promoção pessoal ou para a divulgação de programas, obras, serviços ou campanhas do município.

26

Peter e Marie, de nacionalidade suíça, se encontravam em solo brasileiro, atuando como representantes comerciais de uma indústria alemã de semicondutores, quando sua filha Joanne nasceu. Poucos meses depois, retornaram para a Suíça.

Nesse caso, é correto afirmar que Joanne:

- (A) é brasileira nata;
- (B) é brasileira naturalizada;
- (C) terá sua nacionalidade brasileira reconhecida caso opte por ela após atingir a maioridade;
- (D) terá sua nacionalidade brasileira reconhecida caso venha a residir no Brasil e opte por ela a qualquer tempo;
- (E) será brasileira nata caso seus pais, antes de retornarem para a Suíça, tenham promovido o seu registro no Brasil.

27

João, promotor de Justiça há vinte anos, e em exercício na pequena comarca Alfa, tinha uma atuação muito impactante em prol da coletividade, colaborando para diversas conquistas nas áreas de saúde, educação e saneamento básico. Por tal razão, foi convidado a se filiar ao partido político Beta, de modo que pudesse concorrer, em futuro próximo, à chefia do Poder Executivo, quer municipal, quer estadual.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, João informou corretamente ao partido político Beta que é:

- (A) vedada a sua filiação partidária, mas permitido que ele concorra a cargo eletivo;
- (B) vedada a sua filiação partidária, de modo que, por via reflexa, ele não pode concorrer a cargo eletivo;
- (C) permitida a sua filiação partidária, desde que esteja em gozo de licença, de modo que ele pode concorrer à chefia do Executivo estadual ou municipal;
- (D) permitida a sua filiação partidária, desde que esteja em gozo de licença, sendo que somente pode concorrer à chefia do Executivo estadual;
- (E) permitida a sua filiação partidária, a exemplo do que se verifica com qualquer cidadão, de modo que ele pode concorrer à chefia do Executivo estadual ou municipal.

28

João questionou o seu professor em relação às características da organização político-administrativa dos entes federativos; mais especificamente em relação à possibilidade, ou não, de o ente maior editar as normas básicas de organização política (separação dos poderes, processo legislativo etc.) a serem observadas pelos entes menores, vale dizer, a União em relação aos estados e aos municípios e o estado em relação aos municípios situados em seu território.

O professor respondeu corretamente que:

- (A) embora não seja obrigatório, o ente maior tem a faculdade de editar as normas básicas de organização política a serem observadas pelos entes menores;
- (B) apesar de o ente maior não poder editar as normas básicas de organização política dos entes menores, estes últimos estão obrigados a seguir os princípios afetos às normas básicas do ente maior;
- (C) a edição de normas básicas de organização política, pelo ente maior, a serem observadas pelos entes menores, não afasta a possibilidade de estes últimos virem a suplementá-las, o que deve ser referendado pelo ente maior;
- (D) a autonomia política dos entes federados se manifesta apenas na execução das normas básicas de organização política previstas na Constituição da República, não sendo possível que os entes menores tenham normas próprias;
- (E) em razão da autonomia política dos entes federativos, o ente maior não pode editar normas básicas de organização política dos entes menores, os quais também não estão obrigados a seguir os princípios afetos às normas básicas do ente maior.

29

Ao realizar um levantamento acerca dos processos judiciais que têm por objeto a impugnação de atos administrativos do Poder Executivo, Daiane verificou que diversos atos discricionários são submetidos ao controle do Poder Judiciário, de modo que passou a aprofundar as peculiaridades acerca do tema, vindo a concluir corretamente que o Poder Judiciário:

- (A) não pode anular atos discricionários que apresentem vício de ilegalidade;
- (B) pode substituir a Administração Pública no exercício da discricionariedade;
- (C) não pode realizar controle sobre os atos administrativos discricionários, diante da conveniência e oportunidade que recaem sobre todos os seus elementos;
- (D) pode invalidar ato discricionário com base na teoria dos motivos determinantes, bem como com fundamento em desvio de finalidade;
- (E) pode revogar atos discricionários do Poder Executivo, no típico exercício da atividade jurisdicional.

30

O sistema constitucional consagra certas garantias aos agentes públicos, dentre elas aquela segundo a qual os ocupantes dos respectivos cargos, após dois anos de exercício, apenas poderão perder o cargo em decorrência de sentença judicial transitada em julgado.

Nesse contexto, a correta equivalência entre a mencionada garantia e o cargo correlato, à luz da Lei Maior, é:

- (A) vitaliciedade, consagrada para os Promotores de Justiça;
- (B) estabilidade, consagrada para os Magistrados;
- (C) vitaliciedade, consagrada para os analistas judiciários dos Tribunais de Justiça;
- (D) estabilidade, consagrada para os Procuradores dos estados e municípios;
- (E) vitaliciedade, consagrada para os defensores públicos.

31

No âmbito da classificação dos órgãos quanto à posição estatal, existem os órgãos independentes, também designados de órgãos primários do Estado, em relação aos quais é bastante difundida a compreensão de que eles têm as suas atribuições definidas na Constituição e de que são colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional.

Nesse contexto, podem ser apontados como exemplo de órgão independente:

- (A) os Tribunais de Justiça;
- (B) os entes federativos;
- (C) as Procuradorias dos Estados;
- (D) as entidades autárquicas;
- (E) as Secretarias de Estado.

32

Caio, particular, falsificou, com extrema qualidade, papel moeda de curso legal na República Federativa do Brasil, fabricando dezenas de notas de cinquenta reais, com o objetivo de colocá-las em circulação no mercado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de:

- (A) falsificação de documento particular;
- (B) falsificação de documento público;
- (C) petrechos de falsificação;
- (D) falsidade ideológica;
- (E) moeda falsa.

33

João, agente público, se apropriou, em proveito próprio e atuando com vontade e consciência, de um computador portátil, pertencente ao município Alfa, de que tinha a posse em razão da função pública desempenhada, avaliado em três mil reais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João:

- (A) não responderá por qualquer crime, pois o peculato não é criminalizado na modalidade culposa;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão do reduzido valor do bem apropriado;
- (C) responderá pelo crime de corrupção passiva;
- (D) responderá pelo crime de peculato culposo;
- (E) responderá pelo crime de peculato doloso.

34

O estado Alfa e a sociedade empresária XYZ celebraram contrato administrativo para o fornecimento de bens, sem prévia licitação, sob o fundamento de que ela, no caso, seria inexigível. Contudo, após a realização de investigação pelas autoridades competentes, concluiu-se que não era admissível a celebração do contrato administrativo sem o prévio procedimento licitatório. Apurou-se, ainda, que João, agente público, deu causa, de forma dolosa, à contratação da sociedade empresária XYZ, sem licitação, fora das hipóteses previstas em lei.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de:

- (A) perturbação de processo licitatório;
- (B) patrocínio de contratação indevida;
- (C) fraude em licitação ou contrato;
- (D) contratação direta ilegal;
- (E) contratação inidônea.

Legislação Interna

35

Em determinado processo submetido à apreciação do Conselho da Magistratura, um de seus membros, por ocasião do julgamento, detectou a possibilidade de que a interpretação do direito viesse a acarretar divergência entre os órgãos delegante e delegado.

Em situações dessa natureza, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que a referida divergência:

- (A) não ocorrerá, pois a atividade do Conselho da Magistratura é meramente consultiva;
- (B) pode ser prevenida com a solicitação de pronunciamento prévio do Órgão Especial;
- (C) é da essência da atividade judicante, podendo ser superada com a apreciação de embargos de divergência;
- (D) deve ser superada com a ampliação do debate, possibilitando que os demais integrantes do Tribunal declinem o seu posicionamento;
- (E) será superada no plano recursal, considerando que as decisões do Conselho da Magistratura são passíveis de recurso para o Órgão Especial.

36

Maria ocupava o cargo de provimento efetivo de simbologia X, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Após regular aprovação em concurso público, tomou posse no cargo de provimento efetivo de simbologia Y, que se encontrava vago em razão da demissão de Pedro.

Como a demissão de Pedro veio a ser anulada pelo Poder Judiciário, fazendo com que ele retornasse ao exercício regular de suas funções, Maria será:

- (A) demitida;
- (B) posta em disponibilidade;
- (C) reintegrada ao cargo de origem;
- (D) reconduzida ao cargo de origem;
- (E) redistribuída a outra estrutura de poder.

37

Ana, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, foi incumbida de analisar a tramitação regimental de:

- (I) uma apelação criminal;
- (II) uma apelação cível;
- (III) um agravo de instrumento.

Após analisar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em relação à necessidade, ou não, de os referidos recursos contarem com revisor, concluiu corretamente que:

- (A) apenas o feito I deve contar com revisor;
- (B) apenas o feito II deve contar com revisor;
- (C) apenas os feitos I e II devem contar com revisor;
- (D) apenas os feitos II e III devem contar com revisor;
- (E) os feitos I, II e III devem contar com revisor.

38

João, servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ocupante de cargo de provimento efetivo, teve conhecimento de que Pedro, servidor ocupante de cargo comissionado na mesma estrutura de poder, teria desempenhado suas funções com o objetivo de satisfazer um interesse pessoal, em detrimento do interesse público.

Nesse caso, à luz do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que se espera de João que:

- (A) aplique, em caráter reservado, uma advertência moral a Pedro;
- (B) dê ciência da conduta de Pedro à autoridade superior competente;
- (C) admoeste Pedro para que não volte a praticar condutas dessa natureza;
- (D) não adote nenhuma medida, pois a conduta de Pedro não viola o Código de Ética;
- (E) não adote nenhuma medida, considerando o dever ético de não delatar condutas alheias.

39

Foi apresentada uma notícia, à Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, apontando a possível prática de ilícito funcional por Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário.

Nesse caso, para que a Corregedoria-Geral proceda à investigação da autoria e da materialidade da suposta prática do ilícito, é correto afirmar que deve ser:

- (A) instaurada sindicância;
- (B) instaurada correição extraordinária;
- (C) requisitada a instauração de inquérito policial;
- (D) instaurado processo administrativo disciplinar;
- (E) repassada a notícia à Procuradoria-Geral de Justiça.

40

Após regular processo administrativo disciplinar, o Juiz de Direito competente aplicou a sanção disciplinar pertinente a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Irrresignado com a sanção que sofrera, Inácio decidiu que o melhor a fazer seria recorrer da referida decisão.

Nesse caso, à luz da Lei Complementar nº 639/2105, é correto afirmar que:

- (A) a decisão é irrecurável;
- (B) é cabível recurso ao Diretor do Foro;
- (C) é cabível recurso ao Conselho da Magistratura;
- (D) é cabível recurso ao Corregedor-Geral da Justiça;
- (E) é cabível recurso ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Conhecimentos Específicos

41

Para os efeitos da Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida:

- (A) a depender do tempo de coabitação;
- (B) após dois anos de convivência;
- (C) havendo constituído patrimônio comum;
- (D) após seis meses de coabitação;
- (E) independentemente de coabitação.

42

Em um contexto de retração do Estado no que concerne às políticas sociais, a família é alçada ao patamar de referência central na proteção social.

Para Alencar (2013), atentar para o conjunto de transformações sociais em curso atualmente na sociedade brasileira, levando em consideração o cenário no qual se movem as famílias das classes trabalhadoras pobres no Brasil, torna-se uma questão central, pois:

- (A) é necessário que a família se sinta também responsável pelo enfrentamento de sua penúria;
- (B) agrega um conjunto de atividades responsáveis pela organização do trabalho doméstico e do consumo;
- (C) permite reconhecer os limites da família quanto às funções historicamente construídas;
- (D) expõe o familismo brasileiro contemporâneo, que delimita formas de sociabilidade e resistência;
- (E) coloca, no cenário nacional, protagonistas comprometidos com a realização de projetos sócio-políticos.

43

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de:

- (A) manter o acolhimento institucional;
- (B) recorrer ao apadrinhamento, sob guarda;
- (C) proceder à reintegração familiar ou à colocação em família substituta, sob guarda, tutela ou adoção;
- (D) promover a adoção internacional;
- (E) indicar o acolhimento familiar, sob tutela.

44

Direito e jurídico não são equivalentes. O direito que se torna lei é o direito positivado. Mas o direito é mais amplo do que as leis. Ele é produto de necessidades humanas, que se constituem nas relações sociais concretas, que são dialéticas e contraditórias. Portanto, as formas de posituação do direito na lei dependem:

- (A) dos interesses em disputa, das correlações de forças, dos níveis de organização e mobilização das classes e segmentos de classes sociais;
- (B) da sociabilidade burguesa positivando a realidade concreta sobrepondo-se às mediações necessárias;
- (C) da compreensão de que é o lócus de resolução dos conflitos pela impositividade do Estado;
- (D) das mobilizações sociais quando se faz necessária a manutenção da ordem social;
- (E) da necessidade de disciplinamento ou normalização de condutas sociais em defesa do espaço coletivo.

45

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, referente à pessoa idosa, é de atribuição:

- (A) do Instituto Nacional de Seguridade Social;
- (B) do Poder Judiciário, no âmbito federal;
- (C) da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia;
- (D) da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público;
- (E) do Poder Judiciário, no âmbito estadual.

46

Ao pensar no Serviço Social na atualidade, Faleiros (1996) avalia que os usuários de serviços sociais estão se percebendo como sujeitos de prestação de serviços, o que lhes permite considerar a estratégia institucional para si. Entretanto, as forças operantes no bloco dominante buscam manter o controle das parcerias e uso da burocracia para administrar o social.

Como consequência dessa estratégia do bloco dominante, o Serviço Social poderá ser orientado:

- (A) para a mobilização dos usuários na luta por direitos;
- (B) para o deslocamento de sua intervenção para situações emergenciais;
- (C) prioritariamente para o Terceiro Setor e não para o público;
- (D) mais para a gestão que para o cuidado;
- (E) para trabalhos temporários e menos protegidos.

47

No Brasil, a violência contra a mulher acompanha a formação social e econômica do país. O feminicídio, expressão reconhecida pelo Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres desde 1976, “considera que as formas de violência que resultam na morte de mulheres constituem-se como crime de ódio, menosprezo e discriminação contra elas, baseado em papéis socialmente construídos pelo patriarcado” (Viana & Torres).

Estudos indicam que há três configurações de feminicídio. O tipo cometido por homens com os quais a vítima tem ou teve uma relação de convivência, familiar ou afins é denominado feminicídio:

- (A) afetivo;
- (B) íntimo;
- (C) parental;
- (D) por conexão;
- (E) interpessoal.

48

Em obra seminal, Iamamoto e Carvalho (1988) analisam e discutem o controle da força de trabalho como uma função do assistente social desde a sua gênese.

Para Iamamoto (2007), as configurações atuais do mundo do trabalho recolocam essa discussão no sentido de que, ao atuar profissionalmente, o assistente social:

- (A) corrobora a determinação inicial de ser mero executor terminal de políticas sociais;
- (B) atua ideologicamente sobre os usuários que atende no cotidiano, reforçando os valores institucionais;
- (C) colide com o princípio de pluralidade defendido pela totalidade dos documentos profissionais;
- (D) colabora para um novo tipo de socialização do trabalhador e sua família;
- (E) utiliza a coerção como instrumento para dirigir o trabalhador para um determinado objetivo.

49

Rosilda está feliz porque vai começar a trabalhar na área da saúde, sendo lotada na Estratégia Saúde da Família (ESF). Ao se apropriar de sua nova atividade, ela compreende que a ESF se fundamenta nos preceitos do SUS, além de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, propiciando uma importante relação custo-efetividade.

Rosilda conclui que a ESF é uma estratégia que reorienta a atenção:

- (A) básica;
- (B) suplementar;
- (C) terciária;
- (D) complementar;
- (E) hospitalar.

50

Considerando o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, avalie os seguintes objetivos:

I - dar foco central à família.

II - fomentar a implementação de programas para promoção da autonomia do adolescente e/ou jovem egresso de programas de acolhimento.

III - prezar pela adoção centrada no interesse da criança e do adolescente.

É(são), de fato, objetivo(s) do referido Plano:

- (A) I, somente;
- (B) II, somente;
- (C) I e II, somente;
- (D) II e III, somente;
- (E) I, II e III.

51

Segundo Netto (2001), ao ter como foco a questão social, devemos investigar a emergência de suas novas expressões, determinando a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

Essa determinação, no entanto, não pode desconsiderar o(a):

- (A) reconhecimento das diferencialidades histórico-culturais a partir da implementação de políticas sociais específicas;
- (B) erosão do Welfare State, que instala um novo paradigma de crise do capitalismo global;
- (C) dinamismo da economia nos anos 1980 e a construção de redes de solidariedade laboral;
- (D) lei geral da acumulação capitalista, considerando a totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza;
- (E) reconstrução dos trinta anos gloriosos da sociedade capitalista.

52

Marlete, em seu trabalho no âmbito da política de assistência social, recebe de Sulamita a denúncia de que uma fábrica está empregando crianças entre 10 e 12 anos para a confecção de bolas de tênis. O proprietário alega que as mãos das crianças, pelo seu tamanho e delicadeza, são fundamentais para esse trabalho.

Marlete explicita que, de acordo com o ECA:

- (A) os pais possuem a prerrogativa de autorizar ou não o trabalho de crianças maiores de 10 anos;
- (B) mediante comprovação de matrícula e frequência regular em escola, o trabalho é permitido a partir dos 12 anos;
- (C) qualquer trabalho de menores de 14 anos é proibido, salvo na condição de aprendiz;
- (D) o trabalho de menores de 16 anos é proibido em qualquer situação;
- (E) o trabalho infantil é permitido, desde que autorizado pelo Conselho Tutelar após análise.

53

A assistência social, consagrada como política da Seguridade Social, possui, na Lei nº 8.742/1993, a disposição sobre sua organização.

Um dos princípios da política de assistência social no Brasil é a (o):

- (A) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- (B) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- (C) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo e suas fundações sociais;
- (D) realização integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender a contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais;
- (E) celebração de convênios, contratos ou acordos para garantir financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social aos beneficiários abrangidos, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

54

De acordo com Gama (2013), as transformações societárias recentes têm engendrado discussões nas quais a noção de “desfamiliarização” reproduz a:

- (A) dicotomia entre a esfera pública e a privada;
- (B) necessidade de políticas sociais que privilegiem a matricialidade familiar;
- (C) responsabilidade do Estado frente às políticas sociais para a mulher e crianças e adolescentes;
- (D) divisão sexual do trabalho típica do capitalismo avançado;
- (E) introjeção do modelo neoliberal tardio.

55

Ana Elizabete Mota (2008) defende que, nos anos 1980, o capitalismo, a fim de evitar uma crise global, procura obter o consentimento da classe trabalhadora para uma série de transformações e reformas, as quais ela denomina “cultura da crise”.

No presente, a autora afirma que presenciamos no Brasil, sob novas determinações, a reatualização dessa cultura da crise, cujas diretrizes atuais são:

- (A) demandas postas pela classe trabalhadora e securitização laboral;
- (B) organização de novas formas de trabalho e direitos sociais;
- (C) controle dos sindicatos e trabalho domiciliar;
- (D) incentivo ao voluntariado e centralidade da família;
- (E) moralização da política e a fetichização dos ajustes fiscais.

56

No dia 19 de abril é celebrado, no Brasil, o dia dos povos indígenas. Trata-se de uma data que reconhece a importância da cultura e da história desses povos para a construção do país. Pensando na saúde desses povos, a Lei nº 8.080/1990 instituiu um subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

No que tange ao financiamento desse subsistema, é correto afirmar que:

- (A) será promovido pelo SUS em articulação com os órgãos responsáveis pela política indígena do país;
- (B) é de responsabilidade individual e coletiva de todos os entes federativos;
- (C) caberá aos Estados, municípios, outras instituições governamentais e não governamentais;
- (D) é prerrogativa dos municípios que declararem a existência de indígenas em seu território em coparticipação com a União;
- (E) caberá à União, com seus recursos próprios.

57

No âmbito do sistema de proteção social brasileiro, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) é, atualmente, espaço que emprega a maior parcela de assistentes sociais no Brasil. O CFESS (2023) defende “uma política pública de Estado, pautada nas necessidades sociais de trabalhadores e trabalhadoras, reconhecida como um direito social livre de condicionais e potencializadora do acesso às outras políticas sociais”.

Essa política é denominada:

- (A) renda básica universal;
- (B) Bolsa Família;
- (C) transferência monetária;
- (D) auxílio suplementar;
- (E) Benefício de Ajuda Pecuniária.

58

Na atualidade, a via judicial tem sido cada vez mais acionada. Concretamente, as relações sociais e familiares são as que vêm sendo cada vez mais judicializadas, com consequente requisição para o trabalho de assistentes sociais, ainda que nos espaços do sistema de justiça essas expressões muitas vezes sejam veladas pela “lide” entre pessoas.

Isso posto, é correto afirmar que as judicializações que aparecem como conflitos de interesses ou busca de acesso a direitos fundamentais nada mais são do que:

- (A) lides que emergem do cotidiano entre sujeitos sociais, configurando disputas individuais;
- (B) situações consideradas, em tese, como conflituosas no âmbito de algumas famílias e/ou como irresponsabilidades ou negligências no âmbito de outras, e muitas vezes para sanção e punição de pessoas nelas envolvidas;
- (C) formas de judicialização acionadas, quer para assegurar direitos legalmente dispostos, quer para punir eventuais comportamentos, ações ou omissões de sujeitos acusados por infração, quer por suposta infração da lei, conforme a sua interpretação;
- (D) reflexos da desregulamentação e retirada de direitos, aliadas ao culto ao individualismo;
- (E) formas de aparecer da contradição capital e trabalho enquanto base da questão social.

59

As mudanças vivenciadas a partir da separação conjugal, principalmente quando existem conflitos e litígios, rebatem e alteram a vida e a rotina dos filhos. Nesse cenário, os pais devem assumir a responsabilidade e possibilitar a continuidade do pertencimento dos filhos às famílias, por meio da convivência com seus respectivos núcleos parentais, considerando que a ruptura da relação conjugal não representa uma ruptura dos laços familiares, afetivos e comunitários. Assim, temos que, após decisão pela dissolução da relação conjugal da qual tenham resultado filhos, biológicos ou socioafetivos, entra em discussão a guarda destes.

A legislação brasileira em vigor, ao discorrer sobre a guarda de crianças e/ou adolescentes, estando os pais aptos a exercer o poder familiar, aponta como regra a guarda:

- (A) fática;
- (B) unilateral;
- (C) compartilhada;
- (D) sobreposta;
- (E) natural.

60

A assistente social da casa de acolhida LARYI contactou o Serviço Social do presídio do estado com o intuito de viabilizar a visita de criança em acolhimento institucional a sua mãe, que se encontra em instituição de privação de liberdade.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, o acesso de criança e adolescente a mãe ou pai em instituição de privação de liberdade é:

- (A) vetado, pois a condição de privação de liberdade retira o poder familiar do genitor;
- (B) inviabilizado pela justiça, que considera os presídios como ambientes de violação de direito da criança e do adolescente;
- (C) garantido como parte do direito à convivência familiar;
- (D) vetado a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- (E) garantido apenas a adolescentes que morem com outro genitor.

61

Texto 1

Ao analisar as transformações societárias dos últimos anos e sua relação com o Serviço Social, Netto (1996) afirma que, na entrada dos anos 1990, a profissão apresenta-se relativamente consolidada no país, seja do ponto de vista da produção científica, seja no plano da formação ou ainda no que concerne à corporação profissional.

Mas esse quadro não está livre de tensões, que tanto derivam das transformações societárias, quanto refletem as que incidem diretamente na profissão.

Com base no texto 1, no que diz respeito à chamada prática profissional, malgrado os avanços obtidos, a correlação de forças posta na sociedade aporta projetos sociais diversos, direcionando distintamente o processo social brasileiro e demandando diferenciadas perspectivas e estratégias de ação profissional. Nesse sentido, o conservadorismo profissional irá questionar a direção social da profissão que ganhou hegemonia a partir dos anos 1980.

Para tanto, uma de suas estratégias será lançar mão da matriz:

- (A) pós-moderna;
- (B) funcionalista;
- (C) weberiana;
- (D) religiosa;
- (E) progressista.

62

Com base no texto 1, as transformações societárias dos últimos anos afetam liminarmente as demandas do mercado de trabalho do assistente social, que, por sua vez, incidem sobre os componentes mais significativos da cultura profissional, tendo como exemplo os(as):

- (A) condicionantes éticos da profissão, que serão postos à prova frequentemente;
- (B) linhas de clivagem quanto às concepções profissionais, que se tornarão mais nítidas;
- (C) novos modelos de interação profissional, estratificando a remuneração profissional;
- (D) mobilizações de segmentos significativos dos usuários, requisitando intervenção;
- (E) limites do trabalho assalariado e protegido, cuja tendência é desaparecer.

63

Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento:

- (A) na esfera do Poder Judiciário;
- (B) no âmbito da assistência social;
- (C) na esfera do Ministério Público;
- (D) no âmbito da Defensoria Pública;
- (E) na esfera dos núcleos de práticas jurídicas.

64

Entre os autores vinculados à Teoria Crítica, há consenso de que a base da requisição profissional do Serviço Social é a questão social.

Segundo Yamamoto (2001), a análise da questão social encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários e é indissociável das configurações assumidas pelo(a):

- (A) proletariado;
- (B) sociedade salarial;
- (C) política social;
- (D) trabalho;
- (E) Estado.

65

O Estatuto da Pessoa com Deficiência considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Em função desse impedimento, em interação com uma ou mais barreiras, a pessoa com deficiência:

- (A) torna-se elegível para as ações levadas a termo pelos CRAS – Centros de Referência em Assistência Social;
- (B) é contemplada com o BPC – Benefício de Prestação Continuada – pela limitação que apresenta;
- (C) fica autorizada a usufruir do seguro social estabelecido pela Previdência Social;
- (D) tem obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- (E) torna-se elegível para as ações levadas a termo pelo CREAS - Centro de Referência Especializada em Assistência Social.

66

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

O SUS possui três princípios organizativos fundamentais, sendo um deles o da descentralização e comando único.

Esse princípio pode ser descrito como:

- (A) a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação interssetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na qualidade de vida dos indivíduos;
- (B) a criação de conselhos e conferências de saúde, a fim de formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde;
- (C) a prestação de serviços com maior qualidade e garantia do controle e fiscalização por parte dos cidadãos;
- (D) um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando ao seu comando unificado;
- (E) investimento maior onde a carência é maior, tendo em vista o atendimento eficaz da população que mais necessita de determinado serviço.

67

Para Faleiros (1996), “o Serviço Social hoje compreende um vasto contingente de pessoal (...) que, cada vez mais, se aproxima de níveis acadêmicos superiores, embora tenda a se confrontar com outras profissões que investem no campo da pedagogia social ou da intervenção psicoterapêutica”. Assim, os processos e tensões no interior do Serviço Social estão condicionados por diferentes correlações de forças.

A esse respeito, considere as correlações de forças a seguir.

I - Correlação de forças relativas à dinâmica institucional e às organizações corporativas e sindicais;

II - Correlações de forças sociais na disputa pela acumulação ou apropriação da riqueza em nível global/nacional/local;

III - Correlação de forças decorrentes da organização dos trabalhadores exigindo direitos.

São de fato correlações de forças que condicionam os processos e tensões no interior do Serviço Social:

- (A) I, somente;
- (B) II, somente;
- (C) I e II, somente;
- (D) II e III, somente;
- (E) I, II e III.

68

O Estatuto da Pessoa com Deficiência altera e amplia o conceito de pessoa com deficiência, realocando o foco do sujeito para a sociedade:

- (A) pela via do capacitismo;
- (B) por sua inserção nos movimentos anticapacitistas;
- (C) realçando a funcionalidade em detrimento da incapacidade;
- (D) ratificando os contornos do perfil populacional classificado como absoluta ou relativamente incapaz para os atos da vida civil;
- (E) corroborando que a curatela afetar, para além dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, os atos referentes aos direitos ao matrimônio e à privacidade da pessoa com deficiência.

69

Compete à equipe de atendimento multidisciplinar atuante nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas:

- (A) voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes;
- (B) que visem a afastar a vítima do agressor de imediato;
- (C) de culpabilização do autor da violência;
- (D) que tenham como escopo pacificar a família;
- (E) que assegurem o afastamento do autor da violência de sua prole.

70

A comunidade possui um importante papel na proteção social de crianças e adolescentes. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária destaca que algumas estratégias da comunidade contribuem para a proteção da criança e do adolescente, constituindo formas de apoio coletivo entre famílias em situação de vulnerabilidade social.

Uma dessas estratégias envolve:

- (A) redes espontâneas de solidariedade entre as instituições sociais, como igrejas, associações e obras sociais espíritas;
- (B) práticas formais de instituições públicas e privadas da sociedade civil organizada;
- (C) redes de vivências que se associam às comunidades para desempenhar as funções de cuidado à criança e ao adolescente;
- (D) práticas formalmente organizadas, como projetos e cooperativas para a geração de emprego e renda;
- (E) práticas de acolhimento institucional, pois esse segmento possui rede familiar extensa e pobre.

71

Teodoro trabalha com a alocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas, tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, ao receber indivíduos que buscam adotar crianças ou adolescentes, seu trabalho profissional dirige-se prioritariamente para a:

- (A) necessidade institucional de conseguir adotantes para as crianças mais velhas e mais difíceis de se adotar;
- (B) eficiência dos critérios de elegibilidade, verificando a disponibilidade institucional;
- (C) classificação de pretendentes por idade, renda bruta e estado civil para estabelecer melhores condições de cuidado;
- (D) viabilização da adoção internacional, proporcionando maiores oportunidades para crianças abandonadas;
- (E) compatibilização das capacidades e características dos adotantes com as necessidades das crianças ou adolescentes.

72

De acordo com Alencar (2013), “a inserção subalterna e passiva do país no processo de reestruturação econômica mundial, ainda que travestida por ‘ares de modernidade’, deixou como legado o agravamento da questão social, visível no aumento do desemprego e no processo de precarização do trabalho assalariado”.

Nessa conjuntura, o Estado brasileiro empreende uma nova forma de intervenção sobre a questão social, caracterizada pelo(a):

- (A) crítica ao desenvolvimentismo, que privilegia as atividades produtivas e comerciais;
- (B) proteção ao poder organizativo dos trabalhadores, partícipes da homogeneização da estrutura ocupacional;
- (C) direito ao trabalho, pois ele garante a autonomia nas esferas da produção e reprodução social;
- (D) redução da ação estatal no âmbito do bem-estar social, canalizando os gastos para os grupos carentes;
- (E) gerenciamento da política social universal, protegendo os segmentos mais vulneráveis economicamente.

73

Em uma perspectiva de análise marxista, Iamamoto (2001) afirma que a questão social, enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como:

- (A) a redução do emprego da força viva de trabalho ante os meios de produção mais eficientes;
- (B) a implementação de programas sociais de combate à exclusão social;
- (C) a materialização das relações sociais e a personificação das coisas;
- (D) a responsabilidade do Estado com políticas sociais voltadas aos interesses da grande maioria;
- (E) o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

74

Na cidade de Mapinhos, diante da grande incidência de dengue, a Secretaria Municipal de Saúde criou uma campanha preventiva e de combate ao mosquito vetor da doença. Para fortalecer as suas ações, a secretaria convocou todas as unidades públicas de saúde e das demais políticas sociais.

Com base na Lei nº 8.080/1990, é correto afirmar que as ações de saúde são dever:

- (A) exclusivo do Estado;
- (B) do Estado, podendo ser estendidas às empresas e sociedade;
- (C) privativo do Estado;
- (D) do Estado, mas isso não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade;
- (E) exclusivo do Estado e das unidades privadas, em situações emergenciais.

75

A assistente social Leticia é procurada por Tomás, que solicita intervenção profissional porque sua ex-companheira, Flor, está agindo com condutas de alienação parental para com sua filha de 4 anos de idade. Leticia pede uma entrevista com Flor e, durante o atendimento, identifica diferentes discursos e comportamentos da usuária em relação ao seu ex-companheiro. Flor demonstra decepção e desprezo pelo ex-companheiro, sustentando um discurso que evidencia dificultar o contato da criança com o genitor, bem como a omissão deliberada ao genitor de informações relevantes sobre sua filha, inclusive médicas e psicológicas. Diante do fato, Leticia encaminha um relatório de notificação ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público, comunicando a sua suspeita de alienação parental.

Com base na Lei nº 12.318/2010, confirmado o ato de alienação parental praticado pela genitora, será garantida(o) a Tomás:

- (A) a mudança de domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança com a genitora;
- (B) acompanhamento psicológico, médico e/ou biopsicossocial, visando a determinar se houve algum prejuízo para a criança;
- (C) a tramitação prioritária do processo e a determinação de medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança;
- (D) a revisão da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão, na medida em que condutas reiteradas de alienação modificam o afeto da criança em relação ao genitor;
- (E) a dispensa da oitiva da criança pelos órgãos de proteção, uma vez que prejuízos enormes já foram causados.

76

Lúcia foi contratada para atuar em uma unidade da política de assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ao consultar a Lei nº 8.742/1993, ela identificou que irá trabalhar em uma unidade de:

- (A) Proteção Social Básica;
- (B) Proteção Social Especial;
- (C) Vigilância Socioassistencial;
- (D) Cadastro Único;
- (E) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

77

São princípios da Seguridade Social:

- (A) caráter democrático e descentralizado da administração e receitas das contribuições sociais;
- (B) participação da iniciativa privada, obedecidos os preceitos constitucionais, e serviços de natureza urbana ou rural;
- (C) gestão regional quadripartite e diversidade da base de financiamento;
- (D) irredutibilidade do valor dos benefícios e equidade na forma de participação do custeio;
- (E) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

78

Analisando as recentes transformações ocorridas no Judiciário, Horst e Tenório (2019) afirmam que a conciliação/mediação entra no bojo das alternativas que se apresentam para:

- (A) descomprimir as demandas apresentadas no âmbito do sociojurídico;
- (B) utilizar o potencial apaziguador do assistente social no interesse dos usuários;
- (C) fomentar o trabalho interdisciplinar entre profissionais das Ciências Humanas;
- (D) instituir um atendimento personalizado aos usuários e suas famílias;
- (E) transformar conflitos sociais em demandas jurídicas reportadas e avaliadas por especialistas.

79

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que:

- (A) privilegie a atuação no âmbito da família extensa;
- (B) inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar;
- (C) enfatize as ações sobre o núcleo biológico;
- (D) afaste a criança da convivência familiar, locus da ocorrência da violência;
- (E) fomente o acolhimento institucional da criança.

80

O Estatuto da Criança e do Adolescente define que adolescentes sentenciados judicialmente como autores de ato infracional cumprirão medidas:

- (A) socioassistenciais;
- (B) restritivas de direito;
- (C) emergenciais;
- (D) restritivas de liberdade;
- (E) socioeducativas.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

